



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA

CNPJ: 13.234.000/0001 – 06

LEI Nº 131 DE 22 DE JUNHO DE 2015

***Aprova o Plano Municipal de Educação –
PME do Município de Buritirama, em
consonância com a Lei nº 13.005/2014
que trata do Plano Nacional de Educação
- PNE e dá outras providências.***

O PREFEITO MUNICIPAL DE BURITIRAMA, ESTADO DA BAHIA, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art.1º É aprovado o Plano Municipal de Educação – PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PME:

- I – erradicação do analfabetismo;
- II – universalização do atendimento escolar;
- III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV – melhoria da qualidade do ensino;
- V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;
- VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção da arrecadação municipal, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA

CNPJ: 13.234.000/0001 – 06

X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3º As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4º O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5º O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6º O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de **Buritirama** e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1º. Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2º. A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3º O Conselho Municipal e o Fórum Municipal de Educação:

I – Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas

II – Promoverá a conferência municipal de educação



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA

CNPJ: 13.234.000/0001 – 06

§ 4º A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7º Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8º O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei nº 13.005/2014.

§ 1º O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo e das comunidades **quilombolas**, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9º A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 10º Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como na progressiva realização de suas metas e estratégias, para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 11º Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízo das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subsequente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.



Estado da Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA

CNPJ: 13.234.000/0001 - 06

Art. 12º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de junho de 2015.

ARIVAL MARQUES VIANA
Prefeito Municipal



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Buritirama
CNPJ. 13.234.000/0001-06
Secretaria Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIRAMA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Plano Municipal de Educação

Figura 1 – Praça de Eventos



Fonte: www.buritiramaemfoco.com /Ano 2015

2015 -2025

Buritirama

2015

PREFEITO

Arival Marques Viana

VICE-PREFEITO

Judson Ferreira Alves

SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Geraldo Santos da Cruz Júnior

GRUPO COLABORATIVO

Alan Nunes Machado

Alba Valéria de Almeida Silva

Bárbara Mascarenhas

Edmilson Soares Barbosa

Éverton Borges de Souza

Flávia Almeida dos Santos

Francisca de Assis de Souza Santos

Geraldo Santos da Cruz Junior

Gerson Pereira de Souza Junior

Irineide Teixeira de Souza

Sandro Nunes de Souza

Comissões Representativas

Alonso Marques

Eunice Caitano Teixeira das Neves

Gleison Viana

Gleuco Costa

Ivaene Marques de Souza

Jair Ferreira da Silva

José Ailton Gama

Lourdes Alves da Gama

Sinara Pereira

Valnice Rocha

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Foto da Praça de Eventos	01
Figura 02 – Vista aérea do Centro da Cidade	11
Figura03 – Manifestação em prol da emancipação	12
Figura 04 – Almoço com as lideranças locais.....	12
Figura 05 - Mapa territorial Bahia/Buritirama	13
Figura 06 - Brejo de Buritirama –	13
Figura 07 – Festa Junina -	17
Figura 08 – Festa do Divino -	17
Figura 09 – Padroeiro São Gonçalo.....	17
Figura 10 – Festa da Micarama.....	17
Figura 11 – Jogos Estudantis	18
Figura 12 – Esporte e Cidadania.....	18
Figura 13 – Estádio Municipal de Futebol	18

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município de Buritirama	14
Tabela 02. Informações sobre o Município de Buritirama.....	14
Tabela 03. Estabelecimento de saúde por tipo e localização.....	15
Tabela 04. Dados sobre o índice de Desenvolvimento Humano (IDH).	15
Tabela 05. Desenvolvimento Humano 1991,2000 e 2010.....	16
Tabela 06. Evolução da Matrícula da Educação Infantil no Município de Buritirama, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013	21
Tabela 07. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente.....	21
Tabela 08. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Buritirama (2013).....	22
Tabela 09. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Buritirama, por localização 2013.....	29
Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no município de Buritirama, por dependência administrativa e localização (2010/2013).....	24
Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010.....	14
Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Buritirama, por idade e série da Rede Municipal, (2013).....	25
Tabela 13. Taxa de Rendimento - Rede Estadual.....	26
Tabela. 14. Taxa de Rendimento- Rede Municipal.....	27
Tabela 15. Matrícula inicial do Ensino Médio no Município de Buritirama, por dependência administrativa e localização, 2011/2013.....	30
Tabela 16. Taxa de Rendimento do Ensino Médio – Rede Municipal/ Rede Estadual.....	30
Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2013).....	30

Tabela 18. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013.....	36
Tabela 19. Matrícula inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Buritirama, por dependência administrativa e localização (2011/2013).....	42
Tabela 20. Nível Educacional da População Jovem, 1991, 2000 e 2010.....	42
Tabela 21. Nível Educação da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010.....	43
Tabela 22. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal.....	48
Tabela 23. Número de Professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013.....	49
Tabela 24. Profissionais em educação , por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.....	49
Tabela 25. Profissionais em educação, por situação funcional da Rede Municipal em 2013.....	50
Tabela 26. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual.	52
Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal.....	52
Tabela 28. Números dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do Município de Buritirama por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.....	53
Tabela 29. Outras receitas com setor educacional do município de Buritirama, administrada pela prefeitura (2010/2013).....	56
Tabela 30. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Buritirama por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).....	56
Tabela 31. Despesas com educação do município de Buritirama por categoria e elemento de despesa (2010/2013).....	57
Tabela 32. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Buritirama em (20110/2013).....	57
Tabela 33. Aplicação no Ensino Fundamental Exercício 2013 (Em R\$)	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 00 – Alunos com Necessidade Especiais matriculados na sede e zona rural.....	33
Quadro 01 – Avaliações externas.....	35
Quadro 02 – Quadro de Proficiência.....	36
Quadro 03 – Ideb. Brasil/Buritirama	66

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

PAR - Plano de Ações Articuladas

PME – Plano Municipal de Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

SEDUC – Secretaria Municipal de Educação

EMITEC- Ensino Médio com Intermediação Tecnológica

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	10
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	10
2.1.1	Caracterização do Município.....	10
2.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	11
2.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	12
2.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	13
2.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	15
2.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	16
2.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	18
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	19
2.2.1	Níveis da Educação: Educação Básica e Superior.....	19
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	19
2.2.1.2	<i>Educação Infantil.....</i>	19
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental.....</i>	22
2.2.1.4	<i>Ensino Médio.....</i>	28
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO.....	31
2.3.1	Educação Especial.....	31
2.3.2	Alfabetização na Idade certa.....	33
2.3.3	Educação em Tempo Integral.....	34
2.3.4	Qualidade da Educação Básica.....	34
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	42
2.3.6	Educação Profissional em Nível Médio.....	46

2.4	EDUCAÇÃO SUPERIOR	46
2.4.1	Ensino Superior	46
2.5	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	47
2.6	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	51
2.7	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.	55
2.7.1	Investimento Público em Educação.....	55
2.8	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	58
2.8.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	59
2.9	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	76

1 Introdução

O Plano Municipal de Educação é uma política educacional. Um conjunto de reflexões, de intenções e de ações que respondem a demandas reais da educação no município, centradas em estratégias de curto, médio e longo prazo. Não é um plano de governo, limitado a um mandato de prefeito, mas um Plano de Estado, com dez anos de duração e institucionalizado por meio de Lei Municipal, articulada a uma legislação estadual e nacional.

Dessa forma, o município de Buritirama mobilizou todos os segmentos da sociedade para dialogar sobre a educação em todas suas modalidades de ensino, criando o Grupo Colaborativo e as Comissões Representativas com o objetivo de sistematizar diversas informações sobre a cidade em vários aspectos para facilitar a construção das estratégias correspondentes as vinte do Plano Nacional de Educação.

Com essas informações, foram preenchidas as tabelas, análise da situacional da educação e o diagnóstico e dando-nos uma visão mais clara sobre que estratégias seriam necessárias para diminuir ou erradicar certos entraves. Assim, esse documento terá todas essas informações que nortearão o entendimento sobre as necessidades do planejamento a curto, médio e longo prazo com diretrizes, metas, estratégias, e comissão de monitoramento e avaliação, fortalecendo as políticas educacionais no município.

ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2. 1. Caracterização do município

O nome Buritirama vem de um vocábulo indígena que significa “parecido com buriti”. Do tupi “mburiti”: buriti, uma espécie de palmeira e “rami”; semelhante.

A origem do município de Buritirama foi de um antigo povoado que se desenvolveu a partir de uma fazenda denominada Buriti dos Vianas, pertencente ao município de Barra, o nome era alusivo à palmeira buriti, ainda existente em abundância e, ao sobrenome dos primeiros proprietários da fazenda. O local foi elevado à categoria de distrito de Barra através de Ato Estadual, assinado em 06 de fevereiro de 1893.

Com o desenvolvimento alcançado pelo distrito, sua população obteve em 09 de maio de 1985 a sua independência, desmembrando-se do município de Barra, mudando seu nome de Buriti dos Vianas para então chamar-se Buritirama.

Sua população segundo o censo de 2010 está estimada em aproximadamente 21 mil habitantes, uma extensão de 3.797,871 km² e se localiza no extremo oeste da Bahia, fazendo divisa com o estado do Piauí.

Figura 2 – Vista aérea do centro da cidade



Fonte: www.buritiramaemfoco.com /2015

. 1 Aspectos Históricos

Buritirama foi desmembrada da Cidade de Barra em nove de maio de 1985, através de uma mobilização da população mediada pelo senhor Arival

Viana, a maioria das pessoas que ali estava não imaginava tamanha importância daquele acontecimento.

Três nomes sugeriram como candidato a prefeito: Edson (Som), Lilito e Arival, o último desconhecido da população, mas bem apoiado por grandes políticos no cenário do Estado da Bahia. Os meses de campanha movimentaram todo o município, os comícios e os comitês eram uma atração à parte, não havia muita rivalidade entre as partes, o que havia era muita festa, pois cada candidato representava suas famílias e grande parte da população não tinha esse espírito da política partidária dos dias atuais. No final Arival Viana foi eleito o primeiro prefeito da cidade.

O resultado daquela eleição não poderia ser diferente, venceu o candidato mais preparado e foi crucial para a construção e progresso do município. Nos primeiros anos de governo, a cidade logo ganhou nova cara, as ruas com cara de brejo, areia e arborizadas com mangueira deu lugar a ruas calçadas, com praças e jardins, recebendo iluminação a combustão.

A cidade vem se desenvolvendo gradativamente, a maioria das ruas é asfaltada, há três praças para entretenimento, as escolas são bem estruturadas fisicamente tanto da zona urbana quanto na zona rural, a população vem crescendo devido ao êxodo rural e também por receber pessoas de outros municípios que são atraídos pelo crescente Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e por prestarem concurso público e se efetivarem. O atual prefeito, Excelentíssimo Prefeito, o Senhor Arival Marques Viana está no seu quarto mandato. Segundo pesquisa da FIRJAN, dentre os município do Estado da Bahia, Buritirama é o 93º melhor município para se viver.

Figura 3- Manifestação em prol da emancipação



Figura 4 – Almoço com lideranças locais



Fonte: arquivo pessoal prefeito Arival Viana

2. 2 Aspectos Geográficos

O município de Buriitrama está localizado na região oeste da Bahia, há 720 km de distância da capital. Faz limites com Mansidão, Barra, Pilão Arcado, Júlio Borges e Avelino Lopes, estes dois últimos pertencentes ao Estado do Piauí.

Segundo último levantamento do censo, a população está em aproximadamente 21 mil habitantes e a extensão territorial é de 3.797,871 km². O município pertence à bacia do Rio São Francisco, a mesoregião é Vale São Francisco da Bahia e Barra como microregião. Seu clima é tropical/semi-árido, apresenta uma vegetação de caatinga com formação de brejos e chapadas e em algumas partes apresenta formação de cerrado. Com relação ao relevo, possui duas principais formas: 1) A serra do Estreito que demarca os limites territoriais com o município de Barra e 2) A Serra do Gato que demarca os limites territoriais com o município de Mansidão.

Dentre os vários aspectos naturais existentes no município, se destacam as áreas de mananciais de brejos com formação de chapadas, áreas onde se localizam diversas comunidades como: Brejão, Lamarão, Poção, Munduri, Tamboril, Curral Novo, Mucambo, Buritizinho, Segredo e etc. Nessas comunidades, as áreas de brejo reúnem as condições ideais de clima e solo para o desenvolvimento de atividades relacionadas a agricultura e a pecuária como plantações de milho, feijão, arroz, mandioca, banana, laranja, abacaxi, manga, verduras e legumes, cana-de açúcar e criação de gado bovino, suíno e caprino. Geralmente, toda produção dessas e demais comunidades que formam o município são comercializadas na feira livre que acontece na Praça do Mercado Municipal durante toda a semana e sendo sábado, o dia principal.

Figura 5: Mapa Territorial Bahia/Buritirama.

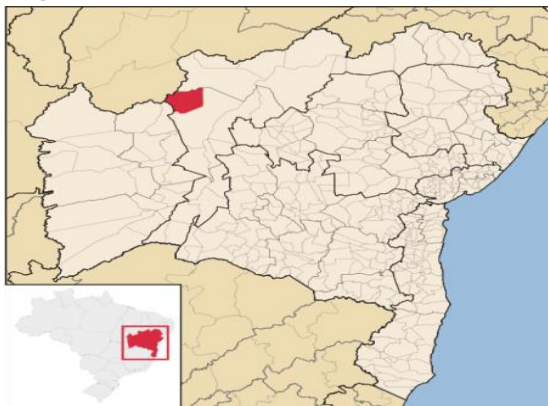


Figura 6: Brejo de Buritirama



Fonte: Fig.5: WWW.google.com 2015

Fonte: www.buritiramaemfoco.com /2015

2.3 Aspectos Demográficos

Tabela 01. População do Município de Buritirama

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	17.797	9.292	8.505	5.924	11.873
2010	10.202	9.387	7.892	11.697	19.589

Fonte: [Disponível em:](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010) <

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>

Acesso em: junho de 2015

A população de Buritirama em 2010 se aproximava de 20 (vinte) mil habitantes sendo que o número de homens é superior ao das mulheres. O número da população da zona urbana quase que dobrou comparando com o ano de 2000.

Tabela 02. Informações sobre o Município de Buritirama

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 35 anos	Mais de 35 anos	Total
Urbana	2000	651	310	1.225	625	869	684	1.560	5.924
	2007	583	307	1.563	492	1.121	1.153	1.942	7.161
	2010	522	279	1.598	608	1.119	1.373	2.406	7.905
Rural	2000	1.365	741	3.164	867	1.586	1.435	2.714	11.872
	2007	951	526	2.656	907	1.734	1.574	3.099	11.447
	2010	768	498	2.544	923	1.664	1.762	3.536	11.695
Total	2000	2.016	1.051	4.389	1.492	2.455	2.119	4.274	17.796
	2007	1.534	833	4.219	1.399	2.855	2.727	5.041	18.608
	2010	1.290	777	4.142	1.531	2.783	3.135	5.942	19.600
PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)		Taxa de analfabetismo (5)					
54.146	0.58	0.33		População de 10 a 15 anos 28.90		População de 15 anos ou mais 35.90			

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2000,2007,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: junho de 2015

O município de Buritirama a maior população é aquela com mais de 35 anos tanto na zona urbana quanto na zona rural. Essa população também está dentro da taxa de analfabetismo.

Tabela 03. Estabelecimentos de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana	04		01	01			02
Rural	07	07					

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2015).

O município de Buritirama vem investindo na área da saúde, principalmente na zona rural que dispõe de 07 postos de saúde em comunidades com maior índice populacional, evitando que se desloquem até a zona urbana para consultas simples. Há na sede os PSFs que cobre as extremidades urbanas.

2. 4 Aspectos Socioeconômicos

As formas de produção estão voltadas principalmente para a agricultura de subsistência. Há muitos comércios de pequeno, médio e grande porte. Mas o maior vínculo empregatício está na prefeitura. A profissão que mais se destaca é a de professor, pois temos no município aproximadamente 350 (trezentos e cinquenta) atuando nessa área. A renda *per capita* segundo dados de 2010 era de 184,53. A taxa de desemprego é alta e atinge principalmente os jovens estudantes e recém-formados. Veremos nas tabelas a seguir:

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Indicador	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
	1991	2000	2010
IDH – municipal	0,193	0,335	0,565
Renda <i>per capita</i>	70,26	82,03	184,53
Proporção de pobres	89,41	80,53	56,15
Índice de Gini	0,49	0,72	0,57

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: maio. 2015.

Se observarmos o IDH do município, perceberemos que houve um bom crescimento principalmente na renda *per capita*, talvez por esse fator a proporção de pobre caiu se compararmos o censo de 2000 e 2010, pois o comércio cresceu e houve um aumento considerável no salário dos profissionais da educação.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,193	0,335	0,565
Educação	0,035	0,154	0,471
Longevidade	0,587	0,651	0,761
Renda	70,26	82,03	184,53

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: maio. 2015

A Educação no município foi o indicador que mais cresceu, comparando os resultados de 1991 a 2010 e conseqüentemente melhora a renda e a qualidade de vida, pois a empresa que mais emprega no município é a prefeitura e para tanto, é necessário investir em educação.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

O município de Buritirama dispõe como estabelecimentos culturais a Biblioteca Municipal, Praças de Eventos, Escolas Municipais e Ginásio de esporte. Nesses espaços são desenvolvidos atividades das mais diversas manifestações culturais, como: Festejo de São Gonçalo, São João, Divino da Santíssima Trindade em Poço da Jurema, Divino do Espírito Santo em Poções, Festejo de São Sebastião em Altamira, Dia do Evangélico e Festejos de São José na zona urbana e nas comunidades de Buritizinho e Baixão de Cecílio.

Os feriados municipais são apenas três: em 10 de janeiro é comemorado o dia de São Gonçalo, padroeiro da cidade; em 09 de maio, o Aniversário da Cidade com três dias de festa e por último, 10 de agosto, o Dia do Evangélico.

Os nossos eventos culturais vão de janeiro a setembro e para melhor compreensão destacaremos mensalmente:

- ❖ JANEIRO – Festejos de São Gonçalo, Folia de Reis, Festejos de São Sebastião em Altamira.
- ❖ MARÇO – Festejos de São José.

- ❖ MAIO – Micarama (Aniversário da Cidade), Festejos do Divino do Espírito Santo.
- ❖ JUNHO – São João e Dia do Vaqueiro.
- ❖ JULHO – Festejo Julino (Arriá do Coroné) e Cavalgada na comunidade de Lagoa Comprida.
- ❖ AGOSTO – Dia do Evangélico e corrida de Jegue na comunidade de Lagoa Bonita.
- ❖ SETEMBRO – Desfile de Sete de Setembro.

Figura 7- Festa Junina Fig. 8 Festa do Divino Fg.9Padroeiro São Gonçalo 10 Festa da Micarama



Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura

O esporte no município é muito forte, principalmente no que diz respeito ao futebol e o futsal, com isso, muitos eventos são desenvolvidos. Em Janeiro temos a Taça São Gonçalo de Futebol Amador, em Abril e Maio, Campeonato Buritiramense de Futsal, nas categorias para Adulto, Máster e Sub 17, em maio há a disputa da Taça Buriti de Futebol Amador e de Setembro a Dezembro é realizado o Campeonato Buritiramense de Futebol Amador da Primeira e Segunda Divisão.

Para o desenvolvimento de todas as práticas esportivas são usadas Quadras Poliesportivas, Ginásio de Esportes e Estádio Municipal.

Vale ressaltar que o município faz parte do território de identidade Bacia do Rio Grande.



Fonte: Arquivo Secretaria Municipal de Educação

2. 1 1 6 Infraestrutura Material

Os elementos de infraestrutura material vem sofrendo alterações positivas devido ao crescimento populacional e às novas perspectivas de crescimento físico, econômico e demandas sociais.

A energia é fornecida pela Companhia elétrica do Estado da Bahia – COELBA. Todas as ruas são bem iluminadas, quase não há incidentes de falta de energia e quando há algum problema na rede rapidamente é solucionado.

Com relação ao transporte, não há uma rede específica devido o município não demandar desses serviços, porém há os transportes particulares que trafegam apenas da zona rural para a zona urbana e há poucos serviços de taxi e todos de forma autônoma.

Os meios de comunicação no município se levarmos em consideração a importância do acesso rápido às redes sociais e rádio precisa evoluir. Há apenas uma rádio, recém inaugurada, há acesso a internet, porém o sinal não é bom. Poucas pessoas dispõem do serviço em suas residências. Para amenizar esse problema, a prefeitura contratou uma empresa terceirizada para dar acesso através do Wi-fi em três pontos estratégicos da cidade, atendendo principalmente a uma necessidade dos adolescentes. Quanto a telefonia móvel há apenas uma operadora prestando serviços e de qualidade regular.

A difusão do pensamento é feita através dos equipamentos de instituições de ensino através das escolas e formações. Estas escolas são de qualidade e com alguns equipamentos tecnológicos. As políticas públicas neste sentido, disponibiliza infocentros, biblioteca municipal, quadras poliesportivas, ginásios

de esporte e estádio, porém no município há a carência de cursos técnicos profissionalizantes e de pólos universitários, pois há uma necessidade pela demanda de jovens que concluem o Ensino Médio e muitos por problemas financeiros acabam não dando continuidade aos estudos e ficam fora do mercado de trabalho, pois a maior fonte de empregabilidade é a prefeitura, através da Secretaria Municipal de Educação e para tanto requer formação Superior.

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

A elaboração de um PME, assim como qualquer outra construção de plano, deve passar pelo processo de planejamento, a começar pela montagem de um diagnóstico da realidade educacional do município. É com base no conhecimento dessa realidade que se podem definir as diretrizes, metas, estratégias e estabelecer prioridades, propor ações capazes de solucionar os problemas identificados e melhorar a qualidade do trabalho.

2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

No município de Buritirama a educação básica é ofertada gratuitamente na zona rural e zona urbana, na sede há apenas uma escola particular que atende as turmas do 1º ao 5º ano. A Educação Superior é privada e atende apenas aos cursos voltados para a área da educação.

2.2.1.1 – Etapa da Educação Básica

2.2.1.2 - Educação Infantil

A Educação Infantil é ofertada em todas as escolas do município, na sede e na zona rural, exceto no Centros de Ensino Luís Eduardo Magalhães e no Centro de Ensino Professora Marilene Jacobina, escolas que atende apenas os Anos Finais do Ensino Fundamental.

Temos 152 crianças de 0 a 3 anos matriculadas na creche e 630 crianças de 4 e 5 anos.

Na Educação Infantil do município, percebe-se que não há creches suficientes no município para o atendimento da demanda da população dessa faixa etária sendo que em 2013 o número de nascidos vivos foi de 262 e matriculados na creche 152, com um percentual de apenas 41,2% das crianças. Um dos fatores que também inviabiliza a inserção dessas crianças na creche é a distancia e a falta de acompanhamento no transporte escolar e além da estrutura física não suportar a demanda.

Sendo que esses dados são somente da creche, porém a pré-escola é atendida em escola dos anos iniciais sem estrutura adequada para o atendimento dessa modalidade. Porém está sendo construído no município através do Programa Proinfância, escola para o atendimento dessa modalidade e o município deve assegurar o atendimento de crianças de 4 e 5 anos até 2016.

Outro entrave é que o município não faz levantamento de demanda dessa população de 0 a 03 anos, a estrutura física não suporta, por isso que a creche tem um número limitado de vagas, quanto ao tempo integral, o município oferece apenas para a creche. Além do mais, a falta de ampliação dos espaços físicos das salas, área de lazer, instrumentos pedagógicos para realização de atividades educativas, professores sem formação adequada para atuação na área, desgaste mental e físico dos profissionais, falta de livros didáticos, rotatividade de auxiliares de turmas da creche (contratos temporários e a não participação nos planejamentos e formações). Para a pré-escola existe a rotatividade, porém participam dos planejamentos e das formações e algumas turmas da Educação Infantil têm mais de trinta alunos para um único professor. Esses são outros entraves do município, além do mais o município não atende aos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil de 04 e 05 anos ao todo. E as especificidades na organização das redes escolares em partes são preservadas, porém falta adequação da estrutura física; materiais didáticos pedagógicos inadequado e a falta dos móveis imobiliários. A falta de informações sobre o atendimento diferenciado às comunidades do campo e quilombolas é também um dos entraves. O atendimento dos alunos especiais da modalidade ainda é muito distante das normas de Acessibilidade e reestruturação das escolas, bem como aquisição de equipamentos garantida por lei. É consultado o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil para a proposta curricular, porém esse documento não está disponível nas escolas nem para o professor. As Diretrizes são até consultadas, porém não colocam em prática, tendo pouco conhecimento e acesso a eles. Contudo, o município não promove formação inicial ou continuada para habilitação de professores para atendimento a esses alunos, como também não temos nenhum profissional com formação superior especializada para educação infantil. O município precisa fortalecer as ações das políticas dos direitos humanos, movimentos culturais considerando a perspectiva da formação integral, com a assistência social e a justiça. Não existe um programa de incentivo à leitura para a modalidade no município, apenas um projeto pedagógico elaborado pelo departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação - SEDUC, que pode ser implementado e adaptado pelas escolas. Não temos uma política que

garante a participação da família e da comunidade nas discussões sobre a Educação Especial nos município.

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Buritirama por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	262	524					786
2011							
2012	261	358					619
2013	285	320					605

Fontes: MEC/Inep, para os dados de matrícula, Anuário Estatístico Estadual e Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Ao analisarmos a tabela percebe-se que no município de Buritirama houve um decréscimo na matrícula, tanto na creche quanto na Educação Infantil no decorrer destes quatro anos. Mesmo assim, ainda temos crianças na faixa etária de 0 a 03 anos fora da creche pelo fato de o município disponibilizar apenas uma instituição e na zona rural não haver oferta para essa modalidade.

Tabela 7. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente

Nascidos Vivos – Bahia		
	Período	
	2012	2013
Município Residente	290	262

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2015

Com base e dados obtidos pela secretaria de saúde do município percebemos que o número de crianças nascidas vivas veio sofrendo oscilações no decorrer desses quatro anos. Se compararmos os dois últimos anos pode concluir que houve essa diminuição talvez por conta de um melhor planejamento familiar.

Tabela 8. Taxa de escolarização¹ da Educação Infantil do município de Buritirama (2013)

Segmentos	População (A)	Matrícula (B)	Não matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	262	152	110	41.2 %
Pré-Escola (4 a 5 anos)	557	630	00	00 %
Total (0 a 5 anos)	819	782		

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Tabela 9. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Buritirama por localização (2010)

Localização	População de 0 a 5 anos (A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO		414	
RURAL		520	

Fontes: IBGE, para os dados de população; MEC/INEP, para os dados de matrícula.

Ao analisarmos a tabela percebe-se que no município de Buritirama houve queda no índice da matrícula, tanto na creche quanto na Educação Infantil na rede municipal e particular. Esse número de alunos não matriculados na creche acontece por termos apenas um espaço para essa modalidade e pelo fato de muitas famílias residirem distante e também pela falta de oferta na zona rural. Para universalizar a matrícula para todas as crianças seria necessária a construção de mais creches, em especial em pontos estratégicos (bairros afastados do centro) e nos distritos do município. Com relação a tabela 9, os dados encontrados eram apenas até o ano de 2009.

2.2.1.3 Ensino Fundamental

O atendimento desta modalidade de ensino acontece em todas as escolas do município, na sede e na zona rural, com a implantação do ensino de nove anos conforme a lei nº 11. 274/2006.

¹ A taxa de escolarização refere-se à proporção de pessoas de uma determinada faixa de idade que frequenta a escola, em relação ao total de pessoas na mesma faixa etária.

O município enfatiza atenção à articulação das políticas de inclusão: educação especial, educação do campo e comunidade remanescente de quilombo e Educação de Jovens e Adultos.

Em 2013 havia um quantitativo de 4.486 alunos matriculados nesta modalidade de ensino.

Ensino Fundamental dos nove anos está estruturado em ciclos apenas para os três primeiros anos (Ciclo de Alfabetização) onde o professor acompanha a turma durante esse período e oferta o ensino para a população do campo na própria comunidade e para diminuir a quantidade de classes multisseriadas, são matriculados em pólos próximos. Na comunidade quilombola é ofertado na própria comunidade.

Para a garantia da Universalização do Ensino Fundamental de Nove Anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos, o município através dos gestores das escolas, realizam levantamento dos alunos com essa faixa etária de 6 (seis) anos e garantir que estes sejam matriculados.

O município ainda não desenvolve ações para fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência e de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência na escola.

O município está atento para o processo de desenvolvimento e aprendizagem. O que significa respeitar as faixas etárias, as características sociais, psicológicas e cognitivas das crianças, bem como adotar orientações pedagógicas que levem em conta esses aspectos, porém, ainda não houve oficialmente a implantação do sistema municipal de ensino.

O município é limitado no que diz respeito às novas tecnologias de informação e comunicação que combinem a organização do tempo das atividades didáticas e pedagógicas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades de Educação Especial, das escolas do campo, comunidades indígenas e quilombolas, ou seja, falta articulação às atividades pedagógicas educacionais especializadas – AEE.

Há também certa fragilidade de acompanhamento pela família no processo e desenvolvimento educacional do aluno.

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Buritirama por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	4.849		206		40		5.095
2011	4.628		232		-		4.860
2012	4.522		235		29		4.786
2013	4.220		231		35		4.486

Fonte: MEC/INEP. Censo Escolar – Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: maio de 2015.

A matrícula na zona urbana vem caindo gradativamente no Ensino Fundamental, talvez pelo fato de os pais não matricularem seus filhos aos 6 anos de idade, talvez pela diminuição da taxa de natalidade ou ainda pelo fato de algumas famílias saírem do município.

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				32,63	87,68	97,29
11 a 14 anos	58,59	28,14	8,98			

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: maio de 2015.

Como podemos perceber ainda temos alguns alunos na faixa etária de 06 a 14 anos fora da escola, assim, o município precisa unir forças com as secretarias de assistência social e saúde para localizar esses alunos e ofertar a matrícula.

A taxa de analfabetismos vem diminuindo gradativamente, mas é preciso zerá-la com ações de formação inicial e continuada para os professores, adequar o currículo, acompanhar a aprendizagem de forma sistemática e realizar projetos de intervenções com metodologias inovadoras e produção de materiais didáticos adequados.

Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município Buritirama, por idade e série, Rede Municipal, (2013)

Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos										
7 anos	48									48
8 anos	01	90								91
9 anos	---	06	148							154
10 anos	---	---	47	152						199
11 anos	01	05	19	43	108					176
12 anos	---	01	03	27	66	90				187
13 anos	---	---	02	14	42	88	106			252
14 anos	---	---	05	05	15	44	83	132		284
15 anos	---	---	01	03	16	27	57	100	80	284
+ de 16 anos	---	---	---	01	31	51	81	145	229	538
Nº de alunos total em defasagem	326	391	523	494	555	452	499	494	439	4.173
% em defasagem	15.3%	26 %	48.7 %	50.4 %	50 %	66.3 %	65.5 %	76.3 %	70.3 %	53.8 %

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

Um dos maiores desafios do município será diminuir a taxa de distorção idade série, mas para isso será necessário garantir que todos os direitos de aprendizagem sejam garantidos e que as crianças se alfabetizem até os oito anos de idade, evitando a reprovação.

Tabela 13. Taxas de Rendimento - Rede Estadual

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
2ª Série / 3º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
3ª Série / 4º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
4ª Série / 5º ano do EF	2008						
	2009						
	2010						
5ª Série / 6º ano do EF	2008	70.40		24.10		5.50	
	2009	73.60		26.40		000	
	2010	81.50		13.80		4.70	
6ª Série / 7º ano do EF	2008	77.60		14.30		8.10	
	2009	97.30		2.70		000	
	2010	93.50		4.30		2.20	
7ª Série / 8º ano do EF	2008	84.00		10.00		6.00	
	2009	91.80		8.20		000	
	2010	98.00		000		4.70	
8ª Série / 9º ano do EF	2008	95.30		000		000	
	2009	100		000		000	
	2010	100		000		000	

Tabela 14 – Taxa de Rendimento – Rede Municipal

SÉRIE / ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª Série / 2º ano do EF	2008	79,30	77,50	20,20	20,20	0,50	2,30
	2009	77,00	80,00	19,20	18,40	3,80	1,60
	2010	82,90	86,50	10,90	13,00	1,20	0,50
2ª Série / 3º ano do EF	2008	80,10	78,70	17,70	20,20	2,20	1,10
	2009	84,70	81,70	13,19	17,60	2,40	0,70
	2010	93,70	85,80	4,40	12,60	1,90	1,60
3ª Série / 4º ano do EF	2008	84,90	80,90	14,20	16,30	2,90	2,80
	2009	81,00	86,60	16,90	11,30	2,10	2,10
	2010	92,10	93,10	3,90	4,30	4,00	2,60
4ª Série / 5º ano do EF	2008	86,70	87,90	12,90	8,50	0,40	3,60
	2009	92,10	88,10	7,20	10,40	0,70	1,50
	2010	94,90	93,70	2,10	3,80	3,00	2,50
5ª Série / 6º ano do EF	2008	57,80	81,40	30,30	12,60	11,90	6,00
	2009	70,50	84,50	20,70	11,40	8,80	3,60
	2010	78,00	86,40	15,00	9,50	7,00	4,10
6ª Série / 7º ano do EF	2008	77,02	90,80	16,80	4,30	6,20	4,90
	2009	83,40	90,50	8,10	6,70	8,50	2,80
	2010	81,60	92,10	12,90	4,30	5,50	3,60
7ª Série / 8º ano do EF	2008	78,30	95,30	10,60	1,60	11,10	3,10
	2009	93,00	90,70	3,00	3,10	4,00	6,20
	2010	85,00	91,40	6,80	0,80	7,30	7,80
8ª Série / 9º ano do EF	2008	78,80	96,40	10,30	000	10,90	3,60
	2009	90,10	95,20	5,80	2,40	4,10	2,40
	2010	87,79	94,30	7,40	1,20	4,90	4,50

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>> Acesso em: maio de 2015.

2.2.1.4 Ensino Médio

Há oferta de vagas em duas escolas da sede, uma com ensino fundamental anos finais e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e outra apenas com Ensino Médio. Na zona rural há ofertas de vagas através do Ensino Médio Tecnológico, nos espaços das escolas da rede municipal.

No ano de 2013 foram 776 alunos matriculados só na sede do município.

Não há dependência administrativa municipal e privada que oferta o ensino médio no município, nesse sentido, a oferta de vagas para os alunos que estão cursando essa modalidade é disponibilizado pela rede estadual, assim no ano de 2011 a matrícula inicial foi de 803 alunos incluído alunos da zona rural e urbana, no ano de 2012 foi de 824 alunos e no ano de 2013 foram 776 alunos matriculados.

Entre os anos de 2008 a 2010 as taxas de aprovação no ensino médio ofertado pela rede estadual, o município apresentou decréscimo entre as turmas de 1º e 2º anos e acréscimo entre as turmas de 3º anos. No que diz respeito às taxas de reprovação, os percentuais tem aumentado. Já as taxas referentes ao abandono escolar têm apresentado oscilação, ou seja, apresentando indicadores de crescimento e decréscimo com o passar dos anos.

No município há duas dependências administrativas que ofertam o ensino médio, inclusive com extensões em algumas comunidades rurais. Dessa forma os alunos ao concluírem o ensino fundamental têm a oportunidade de continuarem seus estudos. Há articulação e divulgação sobre a abertura das matrículas e disponibilidade de vagas para a população entre 15 a 17 anos, nesse sentido, há também ações integradas e parcerias entre outras secretarias a fim de identificar e incluir a população que está nessa faixa etária, mas que por motivos diversos estão fora da escola.

Como no município não apresenta profissionais que se dedicam a atividades itinerantes como artistas circense, também não há nenhuma ação voltada par esse atendimento.

Apesar de muitos estudantes participarem do exame nacional do ensino médio apenas para verificarem seus conhecimentos, há uma pequena parcela que usam os seus resultados para ingressarem no ensino superior.

Quanto à utilização regular dos espaços culturais, as ações e formas de incentivos são tímidas. Mas há várias atividades referentes às práticas desportivas e que são ligadas aos projetos estruturantes os quais fazem parte do currículo escolar da rede estadual de ensino. Sendo assim, o município fomenta programas e projetos relacionados à educação e cultura para a população jovem entre 15 e 17 anos e que residem tanto no campo quanto na cidade. Muito embora nas escolas não fizeram ainda adesão ao programa ensino médio EM-Ação, há muitos estudantes que participam do programa Ensino Médio inovador e sobretudo participam do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica em muitas comunidades rurais, chamadas EMITEC'S.

No que se refere às abordagens interdisciplinares e a relação teoria e prática na escola, há sim uma base diversificada curricular do ensino médio que possibilita a vivência e a contextualização com conteúdos e a realização de atividades pedagógicas com o intuito de evitar e minimizar a evasão e a repetência, possibilitando o atendimento às singularidades dos tempos dos estudantes e às particularidades dos espaços de formação dos jovens. Nesse contexto, o município se articula de forma significativa e participativa, convocando e reunido os diferentes segmentos da comunidade escolar.

A inserção das novas tecnologias da informação e comunicação no ambiente escolar do ensino médio tem ganhado cada vez mais espaço dentro das propostas de atividades didáticas e pedagógicas, potencializando o contato e o uso de recursos como computadores, tablets, data show, celulares, pendrives e tvs pendrives, tornando a escola um ambiente comunitário e interativo.

Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Buritirama, por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011			803				
2012			824				
2013			776				

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2010>>. Acesso em: maio de 2015 Núcleo Regional de Educação – NRE

A matrícula Inicial do Ensino Médio vem caindo anualmente, muitos jovens estão ficando sem estudar apesar de a rede estadual disponibilizar vagas para esses alunos. Será preciso o município apoiar as ações através das secretarias de assistência e saúde através de levantamento de dados e de outras estratégias para permanência desses alunos.

Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	88,8%			0%			10,2%		
	2009	84,4%			0%			14,2%		
	2010	83,9%			3,6%			12,3%		
2º ano do EM	2008	90,9%			0%			6,4%		
	2009	84%			1,6%			12%		
	2010	80,6%			1,7%			15,5%		
3º ano do EM	2008	90,2%			1,2%			5,3%		
	2009	92,7%			0,4%			6,4%		
	2010	93,4%			0,3%			4,2%		

Fonte: Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: maio de 2015

Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2013)

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2012		
Rede Estadual	2012	3,4	
Rede Municipal	2012		

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2009/gerarTabela.php>>. Acesso em: maio 2015 .

As tabelas acima mostram que no ano de 2013 o número de alunos diminuiu comparado com o ano anterior e que a taxa de abandono foi bastante alta nas turmas do 2º ano em 2010 com um percentual de 15,5%, mas é perceptível o baixo índice de reprovação, em especial no 3º ano do ensino médio. Infelizmente não encontramos dados sobre o ENEM.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

2.3.1 Educação Especial

As escolas do município atende alunos com Necessidades Educacionais Especiais- NEE, mas as necessidade não estão separadas por características específicas, ou seja, é discriminado apenas o total de alunos nessas condições.

Ainda não temos um atendimento educacional especializado com salas de recursos multifuncionais e nem formação de professores.

Para a garantia da Educação Especial no município é preciso analisar a situação da dimensão do atendimento a demanda da modalidade, bem como a qualidade que se propõem ofertar. Aceitando todos que procuram a escola, sem distinção de raça, cor etnia, religião e através de projetos com temas transversais. Mas é necessário que haja um acompanhamento individual e específico para cada criança, no entanto no município o atendimento a essas crianças é feito em sala regular e até o momento nenhum profissional foi treinado para este atendimento, sendo que, as famílias apresentam laudos

médicos no caso de transtornos globais, já no caso de superdotação e altas habilidades não têm registro, pois no município não há incentivo à ampliação de equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação. Porém há projeto de articulação e cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social, para viabilizar o atendimento aos estudantes com deficiência. Embora faz-se necessário suplementação orçamentária, por isso não tem acompanhamento; falta monitores nos ônibus escolares e capacitação dos motoristas. O município realizou mapeamento sobre o quantitativo de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação através de uma parceria com a secretaria de Saúde e Assistência Social. Porém não há reunião específica sobre Educação especial, estamos iniciando com visitas às casas fazendo o mapeamento para saber a demanda. Os (as) professores (as) e demais profissionais da educação não recebem formação inicial ou continuada para a oferta da Educação Especial, tampouco garante a presença do (a) professor (a) auxiliar, do (a) intérprete/tradutor (a), do (a) guia-intérprete, professor (a) de Libras nas salas do ensino regular. Não há acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação-preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, não oferece salas de recursos multifuncionais e formação continuada de professores para atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo e de comunidades quilombolas, não promove/incentiva pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.

Alunos com Necessidades Educacionais Especiais Matriculados na sede e zona rural	65
--	----

Fonte: Secretaria Municipal de Educação 2015

2.3.2 Alfabetização na Idade Certa

Os professores do ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano) participam das formações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic) instituído pelo Ministério da Educação através da Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012 que tem como objetivo, conjuntamente com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, reafirmar e ampliar o compromisso previsto no Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, de alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, aferindo os resultados por exames periódicos, como Provinha Brasil no 2º ano e Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) para os alunos do 3º ano.

A alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes não é firmada com a produção de materiais didáticos específicos, pois Falta material didático específico Para essa modalidade. Contudo, o município, não fez uma análise de espaços; portanto não há espaço adequado para realização das atividades; Não há livros didáticos específicos, e as escolas não possuem estrutura adequada para atendimento especializado. No entanto, no desenvolvimento do processo de avaliação do município em relação às avaliações externas: Provinha Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) e o Avalie Alfa, a SEDUC, faz acompanhamento dos aplicadores da ANA e aplica a provinha Brasil; através do departamento Pedagógico que também promove reuniões com coordenadores para repasse de informações e avaliação do índice de aprendizagem, oferecendo informações estudos sobre o descritores da provinha e prova Brasil, simulados para preparar os alunos para as avaliações externas, além de promover oficina de formação continuada para professores de todas as modalidades de ensino de acordo as necessidades. O currículo da educação infantil é trabalhado de acordo o RCNEI, promovendo competências e habilidades necessárias para a

promoção para a série seguinte, está estruturado em eixos de áreas de conhecimento e aspectos de desenvolvimento psicossociocultural da criança registrado no diário de classe para acompanhamento bimestral de seu desenvolvimento. Porém, precisamos estar em constante estudo das práticas pedagógicas que prepare cada vez melhor nossos alunos da educação infantil para o ingresso na série seguinte. Todavia, o município não tem projetos pedagógicos implantados com utilização de novas tecnologias educacionais para a alfabetização dessas crianças, devendo instituir no Município, projetos de novas tecnologias educacionais para atendimento de alunos e professores. As não escolas selecionam, certificam nem divulgam tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, asseguradas a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, pois nem todos os professores sabem manusear para utilizar esses recursos com fins pedagógicos na sala de aula.

As escolas estão munidas de aparelhos tecnológicos, porém são poucos utilizados para fins educativos específicos para alfabetizar. Sobretudo, o município, com sua proposta pedagógica garante o aluno alfabetizado ao final do terceiro ano, embora essa meta não vem sendo alcançada, às vezes, por conta da rotatividade de professores no ciclo, ou por falta perfil e de compromisso de professores para alfabetizar.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

Aproximadamente 90% das escolas da rede municipal já aderiram à educação em Tempo Integral (Programa Mais Educação). Os critérios utilizados para a escolha das escolas que têm a educação em Tempo Integral foram a acessibilidade e transporte não terceirizado. O município oferta a educação em Tempo Integral às escolas do campo, de comunidades quilombolas, considerando-se as peculiaridades locais.

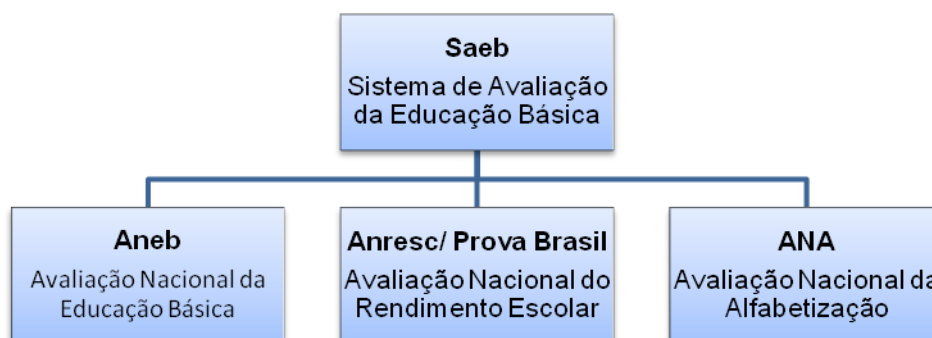
O município ainda não assegura a educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos.

O município oferece atividade de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, cultural e esportivo de forma que o tempo de permanência dos

alunos de Educação Básica seja igual ou superior a sete horas durante todo o ano letivo.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), conforme o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realiza a cada dois anos a Prova Brasil para as turmas do 5º e 9º ano do ensino fundamental.



O índice de proficiência não é satisfatório, mas as escolas buscam refletir com a comunidade escolar os resultados do Ideb para pesquisar, promover oficinas sobre os descritores e planejar aulas diferenciadas. O departamento pedagógico auxilia com sugestões de textos, com orientações sobre o trabalho com gêneros textuais e sugere a divisão do estudo dos descritores e avaliação no final de cada unidade.

No município existem 25 escolas da rede municipal e duas da rede estadual. Dessas, 16 são avaliadas pela Prova Brasil e 01 da rede estadual.

Tabela 18. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013

Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental					
		IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
		2005	2007	2009	2011	2013		2021	2005	2007	2009	2011	
Brasil	Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	6.0	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	5.5
Rede Estadual								3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	5.3
Rede Estadual do seu Município								2.8	3.7	3.7	3.6	4.0	4.8
Rede Municipal do seu Município		2.6	3.5	3.4	3.7	3.9	4.9	2.7	3.0	3.5	3.4	3.4	4.7

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2008/gerarTabela.php>>. Acesso em: maio de 2015.

Segundo o quadro apresentado, notamos que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental vem crescendo a cada edição, apenas em 2009 houve queda de um décimo em comparação com a edição anterior, mas estamos acima das metas projetadas. Já no que diz respeito aos Anos Finais do Ensino Fundamental houve decréscimo com relação à edição de 2009, ficando com 3.4 nas edições subsequentes, assim, em 2013 ficou um décimo da meta projetada que seria 3.5.

3.5. Figura 2 – Quadro de Proficiência

DISCIPLINA/TURMA	2007	2009	2011	2013
Português 5º Ano		7%	8%	10%
Matemática 5º Ano		5%	5%	7%
Português 9º Ano		6%	6%	6%
Matemática 9º Ano		1%	1%	0%

Fonte: Disponível em [HTTP://www.qedu.org.br/cidade/proficiencia](http://www.qedu.org.br/cidade/proficiencia). Acesso em junho de 2015.

No que diz respeito ao nível de proficiência o déficit da aprendizagem não é satisfatório no 5º e 9º anos, em leitura, interpretação e em cálculos matemáticos. Dessa forma, será preciso investir em formação continuada tanto para professores quanto para coordenadores pedagógicos com ênfase nessas deficiências.

O índice de maior número de reprovação acontece no 5º e 6º anos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e em Matemática, isso ocorre principalmente por deficiência no processo de alfabetização e letramento e alfabetização matemática, deficiência no currículo, falta de acompanhamento sistemático e falta de foco na aprendizagem, em especial no Ciclo de Alfabetização.

Para diminuir esse entrave, o Departamento de Educação da Secretaria Municipal de Educação realiza oficinas com coordenadores e professores sobre Currículo e Avaliação, Práticas Pedagógicas, orientações sobre o desenvolvimento das ações do PDE e em 2013 iniciou-se a Formação do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC em Língua Portuguesa, no ano anterior e formação em Alfabetização Matemática. Dessa forma, os alunos chegarão ao Ensino Fundamental dos Anos Finais com as habilidades e competências adequadas para cursar essa modalidade de ensino.

O município faz uso das diretrizes pedagógicas para a Educação Básica, dos parâmetros curriculares nacionais comuns, com direitos e objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, uma vez que todos os direitos de aprendizagem são evidenciados nos diários de classe e associados aos conteúdos no Plano de Curso dos professores da rede municipal de ensino, no Ensino Médio utilizam-se as diretrizes da Secretaria do Estado e ambas consideram em parte a diversidade regional, estadual e local.

Os esforços no município para garantir políticas de combate à violência na escola ainda precisa ser potencializado, pois não há capacitação para professores para detecção de sinais de suas causas e assim, favorecer a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade.

Infelizmente no município não ocorre a promoção de formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem, pois as escolas desenvolvem apenas projetos de leitura, mas sem essa complexidade.

O município assegura transporte gratuito para todos os estudantes da Educação do Campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória.

O município oferece apoio técnico à gestão escolar mediante a disponibilização de assessoria através da coordenação de Programas Educacionais, Formações e reuniões mensais para repasse de informações e momentos para sanar as dúvidas existentes e no que se refere ao apoio financeiro, o município não disponibiliza de um fundo para apoiar as escolas.

O município assegura às escolas de Educação Básica água tratada apenas para as escolas da zona urbana e saneamento básico para nenhuma, energia elétrica com 100% de cobertura, acessibilidade à pessoa com deficiência apenas em algumas escolas, acesso às bibliotecas 23, 3% que corresponde a 7, aos espaços para prática de esportes 33,3 que corresponde a 10, aos bens culturais, à arte, aos equipamentos e laboratórios de ciências apenas 6,7%, o que corresponde a 2 escolas.

Como já foi mencionado anteriormente o índice de proficiência não é satisfatório, mas as escolas buscam refletir com a comunidade escolar os resultados do Ideb para pesquisar, promover oficinas sobre os descritores e planejar aulas diferenciadas. O departamento pedagógico auxilia com sugestões de textos, com orientações sobre o trabalho com gêneros textuais e sugere a divisão do estudo dos descritores e avaliação no final de cada unidade.

Não ocorrem fóruns para envolvimento e discussão com a comunidade/família sobre os resultados e desafios apontados pelo Ideb do município / da escola.

Existem ações e medidas nos quais os gestores educacionais e os professores buscam monitorar e acompanhar os resultados do Ideb nas escolas durante a jornada pedagógica de gestores e coordenadores e no início do ano no período

de elaboração dos planos de cursos. Algumas escolas divulgam os resultados através de quadro de avisos e em reuniões de pais.

No município existem 25 escolas da rede municipal e duas da rede estadual. Dessas, 16 são avaliadas pela Prova Brasil e 01 da rede estadual. O município, através da SME realiza análise dos resultados juntamente com os diretores e os coordenadores pedagógicos, estes divulgam para a comunidade escolar. Esses resultados servem de parâmetro para as intervenções e modificações na proposta curricular das escolas.

O município ainda não estabelece ações conjuntas entre os entes federados para a melhoria do seu Ideb. O Programa Gestar seria uma oportunidade de melhorar os resultados, pois haveria formação em serviço para os professores de Língua Portuguesa e Matemática.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é formalizado e executado dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica Pública.

Os resultados dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), relativos às escolas, são fixados, acompanhados e divulgados bianualmente. E acontece orientação às políticas das redes e sistemas de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional.

O município articula entre os sistemas de ensino e unidades escolares o processo de organização e gestão do trabalho escolar, melhoria das condições de trabalho e valorização, formação e desenvolvimento profissional de todos aqueles que atuam na educação escolar, porém precisa fortalecer essas ações.

O município ainda não aplica exame periódico para aferir a aprendizagem dos alunos, com base na Matriz de Referência, mas orienta e disponibiliza materiais para serem trabalhados com os alunos, além de a equipe técnica visitar as

turmas que são avaliadas para divulgação sobre a prova, sua importância e o que se avalia.

A equipe técnica da SME realiza oficinas com diretores e coordenadores para orientá-los sobre a organização curricular, a inovação pedagógica, os materiais didáticos contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Ainda não existem mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental que seja oficializado pela SME.

Há estímulo ao processo contínuo de autoavaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, porém, ainda precisar ser fortalecida.

Ainda não há indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial. E ainda não são selecionadas, certificadas e divulgadas tecnologias educacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferências para *softwares* livres e recursos educacionais abertos.

Ocorre a implementação do desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das práticas pedagógicas nos sistemas de ensino, inclusive a utilização de recursos educacionais abertos, que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, apenas por uma pequena parte dos professores.

O acesso à internet é muito limitado. O município contratou uma empresa terceirizada para disponibilizar internet grátis em três pontos estratégicos da cidade.

O município tem tomado providências para fornecer equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive a Internet, algumas escolas já possuem banda larga e outras estão em processo.

O município já informatizou, integralmente, a gestão das escolas públicas dos Municípios, bem como mantém Programa Nacional de Formação Inicial e Continuada para o pessoal técnico das Secretarias de Educação?

O município garante a exploração dos conteúdos da História e Cultura Afro-brasileira e Indígenas, nos currículos e ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais através da base diversificada com a implementação do currículo trabalhando a disciplina História Afro e Cultura Regional.

A escola desenvolve currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar, para as escolas do campo comunidade quilombola, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna, põem, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos apenas para os alunos do campo nos anos iniciais, mas falta produzir e disponibilizar materiais para os alunos da comunidade quilombola e com deficiência.

Ainda não acontece a mobilização das famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais.

O município promove a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como: saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional.

Ocorre, no município, a universalização do atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde, através de parcerias com a Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde.

Há esforços, por parte do município, para o estabelecimento de ações efetivas voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional através de oficinas, mas precisa acontecer com maior frequência.

O município ainda não implementa políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Tabela 19. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município de Buritirama, por dependência administrativa e localização (2011/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011					59
2012					216
2013					213

Fonte: Anuário Estatístico da Educação da Bahia/ Secretaria de Educação e Núcleo Regional de Educação

Tabela 20. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 anos	45.62	15.31	4.70	33.21	79.83	89.76
18 a 24 anos	48.58	20.43	6.11	10.03	40.82	35.81

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Tabela 21. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo	1991	2000	2010
25 a 29 anos	44.11	30.88	14.64
25 anos ou mais	60.19	46.88	35.76
Percentual de Atendimento			
% de 25 a 29 anos na escola	1.97	13.75	10.01

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013>>. Acesso em: 16 jan. 2014

As tabelas nos mostram que a matrícula e a taxa de analfabetismo vêm diminuindo gradativamente e essa taxa é maior para a população adulta de 25 anos ou mais com um percentual de 35, 76%, mas com quedas significativas. Os dados da matrícula não estão divididos por rede municipal e rede estadual, pois a fonte consultada disponibilizava apenas o total de matrículas na Educação de Jovens e Adultos na Rede Pública.

Existe, no município, expansão da oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos, porém de forma limitada, mas não oferece a oferta gratuita de Educação Profissional técnica de forma, concomitante, ao ensino ofertado na rede escolar pública.

O município precisa promover mais a busca ativa de jovens fora da escola, bem como, o acompanhamento e monitoramento, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

A SEDUC ainda não criou um sistema interno que identifica e mobiliza a demanda da Educação de Jovens e Adultos, tanto para alfabetizar, como para garantir a continuidade dos estudos.

Apenas duas escolas do município oferecem cursos de Educação de Jovens e Adultos, uma da rede municipal e outra da rede estadual em nível médio. As demais ainda não sinalizaram público suficiente, principalmente da zona rural.

O município não realiza diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos.

Ainda não é assegurada a oferta da Educação de Jovens e Adultos, nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras.

O município oferece Educação de Jovens e Adultos apenas no turno noturno.

Precisamos fortalecer as chamadas públicas regulares para Educação de Jovens e Adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil, pois apenas no início do ano letivo que há divulgação através de carro de som sobre a abertura das matrículas.

O município executa ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos apenas por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e falta ações no campo da saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde.

Ainda não são estabelecidos no município mecanismos e incentivos que integram os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, com vistas à promoção da compatibilização da jornada de trabalho dos empregados.

É disponibilizado, quando necessário, transporte escolar para o estudante da Educação de Jovens e Adultos e os veículos estão em boas condições de uso.

Ainda não são disponibilizados recursos específicos para alimentação na Educação de Jovens e Adultos. O município ainda não garante essa política.

O município ainda não institucionaliza programas e desenvolvimento de tecnologias para correção de fluxo, acompanhamento pedagógico individualizado, recuperação e progressão parcial.

A SEDUC oferece orientação pedagógica, porém material não é apropriado para os professores da Educação de Jovens e Adultos.

São implementadas ações de Alfabetização de Jovens e Adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, onde os alunos da rede municipal são encaminhados à escola da rede estadual e oferecendo o transporte escolar em parceria com o Estado.

Ainda não são realizados exames específicos que permitam aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 (quinze) anos de idade.

O município ainda não apóia técnica e financeiramente projetos inovadores na Educação de Jovens e Adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses estudantes.

Ainda não são implementados programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e estudantes com deficiência?

A Secretaria de Educação e as unidades escolares promovem a implementação da lei que regulamenta o ensino de História e Cultura Afrodescendente e Indígena através da implementação da disciplina História Afro e Cultura Regional.

O município não oferece matrículas de Educação de Jovens e Adultos, na forma integrada à Educação Profissional, nos Ensinos Fundamental e Médio.

O município ainda não oferece projetos educativos que atendam às necessidades do estudante trabalhador ou dos sujeitos que vivem do trabalho.

Ocorre no município estímulo à diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo a inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da

ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses estudantes.

2.3.6 Educação Profissional em Nível Médio

Quanto a oferta de Educação Profissional pública de nível médio ou integrado a este é inexistente, com isso é notável a necessidade de implantação e expansão seja presencial ou a distância de forma que democratize o acesso à Educação Profissional pública gratuita. Mesmo sem a oferta deste, a infraestrutura do município atende possíveis demandas e instalações para efetivação de acesso à Educação em xeque.

Há presença apenas de um curso profissionalizante particular em técnico de enfermagem no município, ainda em desenvolvimento, por isso o município não institucionalizou uma avaliação da qualidade da Educação Profissional Técnica ofertada pela rede particular. No que tange ao estágio dos cursistas, o município oportuniza junto à empresa que gerencia o curso a possibilidade do desenvolvimento de caráter pedagógico, integrado ao itinerário formativo, o aprendizado de competências próprias das atividades, a contextualização curricular e o desenvolvimento do estudante para vida cidadã e para o trabalhos. Sendo uma parceria colaborativa o município apenas cede as instalações necessárias para efetivação da educação profissional particular no município, portanto cabe à instituição privada o incentivo à participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades dos estudantes em curso.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

Nesse tópico, o município pretende buscar uma maior oferta de Educação Superior através de programas e ações por meio de parceria com o Estado e/ou a União para oportunizar outras expectativas à comunidade local, pensando no contexto atual e nas demandas profissionais do mercado de trabalho.

2.4.1 Ensino Superior

Mesmo muitos profissionais já terem cursado em nível superior, a demanda ainda é grande e a expectativa da população é a existência de um pólo

universitário aqui no município, pois o município oferta apenas cursos através de instituições privadas.

No nosso município há alguns professores sem cursos de Educação Superior. Há também a ausência de dados do quantitativo de alunos egressos do Ensino Médio das escolas públicas, no município que ocupam vagas nas instituições de Educação Superior, assim como a inexistência de um núcleo de Ensino Superior, ausência de políticas de qualificação de pessoal da rede municipal de ensino, em formação inicial e continuada, por meio de convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas de Educação Superior, a exemplo da oferta de Programas Especiais de Formação de Professores, inexistência de parcerias (interinstitucionais, intermunicipais ou territoriais) com instituições de educação superior, a Secretaria Estadual da Educação, ou outras, que viabilizem programas ou projetos que contemplem a diversidade, a exemplo de educação no campo, quilombolas, afrodescendentes, comunidades tradicionais e pessoas com necessidades educativas especiais, ausência de núcleos de instituições de Educação Superior no próprio município de forma gratuita e com cursos presenciais, instituições de ensino superior sem sede própria e assim, sem acervo bibliográfico, equipamento de informática, acesso à internet, secretaria de curso, coordenação local e não atende ao funcionamento adequado dos cursos e falta mais estímulo aos estudantes concluintes do ensino médio e os professores da rede Municipal a ingressarem na Educação Superior.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A valorização dos profissionais nos remete a pensarmos em melhor qualidade do trabalho que pode está associado a formações inicial e em serviço, planos de saúde, carga horária adequada e salários seguindo o piso nacional.

Tabela 22. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes ²					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular – Creche	23		01	17	-	41
Regular - Pré-Escola	29		12	05		46
Regular - Anos Iniciais do Ensino Fundamental	105		20	08		133
Regular - Anos Finais do Ensino Fundamental	117		07	08		132
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	01					01
Educação de Jovens e Adultos - Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial						
Educação de Jovens e Adultos - Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	04					04

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide> 2010 >. Acesso em: maio d 2015.

Muitos docentes do município possui formação superior, a principio através de parceria com a prefeitura que pagava uma bolsa de 50% e implantação de instituições de ensino superior privada.

² Legendas para funções docentes: C/Lic - com Licenciatura; C/Gr - com Graduação; C/EM - com Ensino Médio; C/NM - com Normal Médio; S/EM - sem Ensino Médio.

Tabela 23. Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	
Professores		41	04	17	265	04	58			
Coordenadores		01		01	17		01			02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Núcleo Regional de Ensino 2015

Todas as escolas da rede municipal de ensino contam com um coordenador pedagógico que orienta os professores nos planejamentos e execução das atividades, acompanha a avaliação do desempenho dos alunos e consequentemente dos professores, aplica oficinas de aperfeiçoamento na própria escola e discute os resultados por unidade junto aos Técnicos Pedagógicos da SEDUC.

Tabela 24. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira		22	14	28	
Vigilante		5	4	12	3
Serviços Gerais		33	22	15	3
Secretário Escolar				17	4
Porteiro			2	2	
Outros				7	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015

O processo de Educação é coletivo, daí a importância em que o nível de escolarização dos profissionais seja elevado para contribuir diariamente na aprendizagem dos alunos. O quadro mostra que ainda temos um número elevado de profissionais apenas com o Ensino Fundamental Incompleto, havendo assim, de criar políticas públicas para elevar o grau de escolaridade desses profissionais.

Tabela 25 – Profissionais em Educação por situação funcional da Rede Municipal (2013)

Cargos	Nº	Situação Funcional				
	Total	Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro
Merendeira	64		64			
Vigilante	24		24			
Serviços Gerais	73		73			
Secretário Escolar	21		21			
Porteiro	4	4				
Outros	7	7				

Os profissionais em educação são concursados, o que evita a rotatividade com frequência, além da garantia dos seus direitos trabalhistas.

Os professores, coordenadores e supervisores atualizam-se com certa frequência, por meio de cursos encontros e outros eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou por outras instituições, mas precisa fortalecer para os professores.

Não há existe de rotatividade dos professores. Há pouca probabilidade de eles ensinarem em mais de uma escola.

Existe no município o Plano de Carreira para os Profissionais do Magistério das redes públicas da Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na

Lei nº 11.738/2008, porém não atendem aos anseios da categoria, pois não foi elaborado de forma democrática e participativa.

Há inexistência de um processo de avaliação de desempenho dos profissionais da Educação. Quanto à participação dos professores nos conselhos das escolas, na elaboração do projeto político-pedagógico e em outros conselhos da área da educação o número de participantes atende às expectativas do município.

O único programa de formação é destinado aos professores do ciclo de alfabetização, o Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.

Existem coordenadores pedagógicos em todas as escolas da rede municipal e são nomeados por cargo.

Há sindicatos que filiam professores e outros trabalhadores em educação das redes municipais.

A rede pública municipal de educação básica é estruturada de modo que, pelo menos, 90% (noventa por cento) dos respectivos profissionais do magistério sejam ocupantes de cargo de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontram vinculados.

É instituída, no município, apenas uma comissão de acompanhamento do professor e da professora iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação do (a) professor (a) ao final do estágio probatório.

São consideradas no município as especificidades socioculturais das escolas do campo e da comunidade quilombola no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

2.6 Gestão Democrática do Ensino Público

Todas as escolas do município contam com os conselhos escolares, exceto a Escola Eraldo Tinoco que está em fase de implantação por ser uma escola nova.

Tabela 26. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010							2	0	2
2011									
2012									
2013									

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2017,2008,2019,2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: maio de 2015.

O número de escola por Etapa de Ensino da rede estadual é suficiente para atender a demanda e conta com uma boa estrutura física, além de disponibilizarem de uma quadra poliesportiva cada uma delas.

Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	4	51	55	6	53	59			
2011									
2012									
2013									

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/2007/2008/2009/2010/gerarTabela.php>>. Acesso em: maio de 2015.

O número de Escola por Etapa de Ensino da Rede Municipal diminui para que os alunos das escolas adjacentes aos Centros de Ensino fossem matriculados nestes para diminuir o número de classes multisseriadas. A infraestrutura em sua maioria é adequada e apenas um Centro de Ensino não possui quadra poliesportiva.

Tabela 28. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Buritirama, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche					1	1
Ed. Infantil – Pré-escola			1	1		
Ensino Fundamental Anos iniciais						
Ensino Fundamental Anos Finais			16	16		
Ensino Médio			1	1		
Total			18	18	1	1

Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ide/>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

O número de creche não é suficiente para atender a demanda e também seria necessário a construção de uma escola na sede para atender aos alunos da Educação Infantil em tempo integral.

A estrutura da educação está vinculada ao Sistema Estadual de Ensino e com relação aos Conselhos de Alimentação no Município e Conselho de Controle e Acompanhamento Social do Fundo Nacional de Educação Básica, (FUNDEB) e Conselhos Escolares em toda rede, porém não há uma participação efetiva dos conselheiros, talvez por ausência de formação para eles.

Os critérios para acesso ao cargo de professor é a princípio experiência em sala de aula, isso para contratos, para os demais através de consumo público, no que se refere aos cargos de diretor, vice- diretor e coordenador pedagógico não há clareza nas definições de objetivos para o provimento desses cargos.

A organização da Secretaria Municipal de Educação (SEDUC) está organizada através de departamentos: Departamento Pedagógico, Departamento de Transportes, além da recepção, programas educacionais, coordenadoria de controle e registro, como também gabinete do secretário.

O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 7:30 às 13:30 e recebe diversos públicos como: pais, professores, gestores, coordenadores, secretários de escola e realiza trabalhos de emissão de declarações, transferências, orientações sobre matrícula, censo escolar, preenchimento de documentações, orientações pedagógicas e administrativas e execução de projetos. Além de orientações sobre prestações de contas, formações, acesso aos programas educacionais dentre outros.

As escolas trabalham com Educação Infantil, Ensino Fundamental de Nove Anos e Ensino Médio, destas o Centro de Ensino Professora Marilene Jacobina, o Centro de Ensino Luís Eduardo Magalhães e o Colégio Estadual de Buritirama trabalham no diurno com Anos Finais e apenas as últimas duas com a Educação de Jovens e Adultos, a primeira com os eixos temáticos III, IV e V, e a segunda com VI e VII, já o Colégio Estadual Antônio Rodrigues Viana oferece a modalidade ensino médio nos três turnos. Vale ressaltar que as escolas da rede municipal apenas o Centro de Ensino Luis Educado atende no noturno.

As escolas da rede estadual estão localizadas na zona urbana, porém utiliza escolas da rede municipal de ensino para oferecer a formação geral através da EMITEC aos alunos da zona rural. Todas as escolas são de fácil acesso e a maioria de porte médio e sua maioria em condições de infra-estrutura, adequada para o funcionamento, porém no que diz respeito à biblioteca, banheiros infantis (zona rural), laboratórios de ciências ou informática, e acessibilidades são adaptados às demandas ou adesão de programas e projetos.

Os estabelecimentos escolares baseando nas informações apresentadas nas tabelas nos permitem perceber que o número existente é suficiente para atender a todos os alunos da rede municipal e estadual de Ensino.

O currículo escolar ainda não está consolidado no que diz respeito a tomar como base as diretrizes oficiais da Secretaria Municipal de Educação oficializada através de decretos, mas as escolas têm autonomia para elaborar

seus Projetos Políticos Pedagógicos levando sempre em consideração as especificidades e de cada localidade do campo e quilombola e sempre com a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar. Nesse sentido temos como entrave a desarticulação das ações para formulação dos projetos políticos pedagógicos precisando de um núcleo de orientações e supervisão desses projetos com mediação do Conselho Municipal de Educação.

O município disponibiliza um coordenador pedagógico para cada escola e estes, tem como função formar os professores com temáticas específicas às suas necessidades, orientá-los nos planejamentos e novas práticas pedagógicas, acompanhamento da aprendizagem e do processo de avaliação com propósitos de fazer intervenções necessárias. Para redirecioná-los, o Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação orienta e realiza formações subsidiando-os a atuar de forma mais eficiente e eficaz.

O trabalho de instruir os gestores no princípio de gestão democrática do ensino público e nessa perspectiva, enfatizamos a necessidade de sempre colocarmos em pauta esse assunto e em espaços de formação e dessa forma, os diretores já realizam reuniões constantes com todos os segmentos para definir ações, desenvolver projetos e reuniões para conselho de classe, mas precisa consolidar a autonomia através de suporte técnico da Secretaria Municipal de Educação.

2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2.7.1 Investimento Público em Educação

Os investimentos públicos em educação no município poderiam estar vinculados a arrecadação dos impostos do próprio município como o Imposto Predial e Territorial Urbano, por exemplo, porém os valores arrecadados são irrisórios devido ao potencial econômico do nosso município ser de pequeno porte.

Tabela 29. Outras receitas com o setor educacional do município de Buritirama, administradas pela prefeitura (2010/2013)

Ano	Alimentação escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras receitas	Total
2010	372.060,00	443.591,04	936.886,50	412.481,60	2.165.019,14
2011	376.260,00	427.589,76	0,00	480.969,50	1.284.819,26
2012	398.328,00	494.837,34	1.739.783,58	520.967,56	3.053.916,48
2013	399.880,00	448.025,57	328.289,85	576.407,42	1.752.602,84

Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal, 2015.

Observando a tabela 30 percebemos uma queda significativa nos recursos por convênios se basearmos os anos de 2012 e 2013. Já na tabela 31 houve queda nas aplicações do Ensino fundamental tomando como base os mesmos anos citados na tabela 30.

Tabela 30. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Buritirama, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013)

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	959.975,72	9.786.998,07	200.000,00	6.148,96	306.200,00	11.259.322,75
2011	2.863.849,98	10.840.456,08	744.966,40	262.943,61	587.653,80	15.299.869,87
2012	1.557.024,00	14.359.876,94	0,00	300.000,00	540.132,50	16.757.033,44
2013	2.156.474,29	12.769.852,42	0,00	291.204,15	469.859,80	15.687.390,66

Fonte: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal, 2015.

Tabela 31. Despesas com educação do município Buritirama por categoria e elemento de despesa (2010/2013)

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obra e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2010	7.251.938,19	1.568.538,09	8.820.476,28	-----	-----	859.172,87	9.679.649,15
2011	9.901.701,66	1.533.750,33	11.435.451,99	-----	-----	2.076.023,34	13.511.475,33
2012	12.211.609,24	1.619.891,29	13.831.500,53	-----	-----	1.048.361,63	14.879.862,16
2013	11.873.494,51	1.476.734,26	13.350.228,77	-----	-----	274.676,48	13.624.905,25

Fontes: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal (2015).

Na tabela 32, percebemos uma queda em 2013 com as despesas correntes em pessoal e material de consumo. Já na tabela 33 se analisarmos as aplicações em salário dos professores, houve uma queda comparando os anos de 2012 e 2013.

Tabela 32. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Buritirama em (2010/2013)

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	9.503.426,82	5.819.762,44	0,00	3.609.609,42
2011	11.554.256,22	9.060.695,70	0,00	2.484.559,86
2012	12.937.440,08	8.711.599,38	0,00	4.225.840,70
2013	13.415.596,70	8.460.676,15	0,00	4.359.087,90

Fonte: Secretaria da Administração e/ou Fazenda do Município, 2015.

Houve queda nos recursos recebidos pelo FUNDEB e não houve capacitação dos leigos.

Tabela 33. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013 (Em R\$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
17.680.278,22	14.558.304,11	14.599.349,68	25,07%

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios, 2015.

A tabela 34 segundo o Tribunal de Contas do Município, a aplicação no Ensino Fundamental – exercício 2013 houve um total de R\$ 14.599.349.68..

No município há pouca participação dos responsáveis pelo controle social na elaboração do plano Plurianual do acompanhamento e da execução das políticas públicas. Além, da falta de conhecimento da lei 12.527 de novembro de 2011 pelos gestores escolares.

2.8 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade da educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção da arrecadação municipal, que assegure atendimento às demandas de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX – valorização dos (as) profissionais da educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

2.8.1 Metas e Estratégias

Meta 1 – Educação Infantil

Universalizar até 2016 a educação infantil na pré escola para crianças de 4 anos e 5 anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender ,no mínimo 50% das crianças ate 3 anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- ❖ 1.1 Fazer o mapeamento da demanda de crianças de 0 a 5 anos no município;
- ❖ 1.2 Ampliar a oferta de matrículas das crianças de 0 a 3 anos de idade;
- ❖ 1.3 Construção e extensão de creches em regime de colaboração nos pontos estratégicos para o atendimento dessas crianças na sede e zona rural até o final da vigência deste PME;
- ❖ 1. 4 Construir ou adaptar em regime de colaboração de uma escola só para atender à Educação Infantil em tempo integral;
- ❖ 1. 5 Realização de levantamento da demanda por Creche da população de 3 (três) anos, com vista ao planejamento da oferta e atendimento à demanda;
- ❖ 1. 6 Construir área de lazer e aquisição de instrumentos pedagógicos em regime de colaboração para realização de atividades;
- ❖ 1. 7 Em parceria com Instituições de Ensino, ofertar a formação inicial e em serviço aos profissionais da Creche e Educação Infantil, garantindo o atendimento por profissionais nomeados ou contratados, como incentivo à formação superior e especialização relacionada;
- ❖ 1. 8 Ofertar processo seletivo com duração de 2 (dois) anos para auxiliares da creche para evitar a rotatividade;
- ❖ 1. 9 Adaptação do currículo para atender as especificidades do campo e comunidade quilombola;
- ❖ 1. 10 Em parceria com Instituições de Ensino: Universidades e faculdades, ofertar a capacitação aos profissionais da Creche e Educação Infantil para o atendimento às crianças com deficiência e transtornos, respeitando as normas de acessibilidade e reestruturação das escolas bem como a aquisição de equipamentos;

- ❖ 1. 11 ofertar no início de cada ano letivo oficinas para estudo dos documentos: Referenciais Curriculares da Educação Infantil e as Diretrizes Nacionais da Educação Infantil para qualificar a construção ou adaptação da proposta curricular;
- ❖ 1. 12 Instituir no município o núcleo de fomento a projetos de incentivo à leitura para Educação Infantil;
- ❖ 1. 13 Fomentar a participação da família e da comunidade nas discussões sobre a Educação Especial nas instituições educativas.

Meta 2 – Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 anos a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano da vigência desse PME.

Estratégias:

- ❖ 2. 1 Revisar anualmente o currículo das escolas e elaborar projetos de intervenções para a garantia dos direitos de aprendizagem e conclusão dessa etapa na idade recomendada até a vigência deste PME;
- ❖ 2.2 Desenvolver ações para fortalecer o acompanhamento e monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência e de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violência na escola;
- ❖ 2. 3 Ofertar oficinas no que diz respeito às novas tecnologias de informação e comunicação que combinem a organização do tempo das atividades didáticas e pedagógico entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades de Educação Especial, das escolas do campo e comunidade quilombola;
- ❖ 2. 4 Realizar levantamento da demanda dos alunos de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e acompanhamento sistemático da aprendizagem com vistas à garantia de que esses alunos concluam essa etapa na idade recomendada;
- ❖ 2. 6 Analisar anualmente os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas e de assessorar as ações educativas atentando para o processo de desenvolvimento e aprendizagem;
- ❖ 2. 7 Incluir no Projeto Político Pedagógico das escolas a oferta de atividades extracurriculares de incentivo às habilidades que estimulem os estudantes, inclusive, mediante a certames e concursos nacionais;

- ❖ 2. 8 ofertar no início de cada ano letivo oficinas para estudo dos documentos: os *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental*, as *Diretrizes Nacionais da Educação Básica*, as *Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos* e os *Direitos de Aprendizagens para o Ciclo de Alfabetização* para qualificar a proposta curricular;
- ❖ 2. 9 Flexibilizar a organização do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar, de acordo com a realidade local, identidade cultural e condições climáticas de região;
- ❖ 2. 10 Dispor de novas tecnologias de informação e comunicação que combinem a organização do tempo das atividades didáticas e pedagógicas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades de Educação Especial, das escolas do campo, comunidades indígenas e quilombolas;
- ❖ 2. 11 Fomentar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- ❖ 2. 12 Em parceria com os entes federados e Institutos, instituir programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio de acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado;

Meta 3 – 3- Ensino Médio

Universalizar até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 anos a 17 anos e elevar até o final do período de vigência do PME a taxa líquida de matrícula do Ensino Médio para 85%.

Estratégias:

- ❖ 3. 1 Garantir a permanência da oferta de matrícula oferecendo transporte escolar, programas e projetos educativos e esportivos e incentivos e cestas básicas.
- ❖ 3. 2 Apoiar o Governo do Estado para construção de espaço cultural oferecendo oficinas e cursos profissionalizantes para incentivar os alunos a permanecer na escola.

- ❖ 3.3 Em parceria com a rede estadual de ensino, criar programa de 3.4 Promover juntamente com a rede estadual ações integradas com outras secretarias municipais a fim de identificar e incluir em processos de escolarização a população de 15 a 17 anos que não se encontra na escola;
- ❖ Incentivar à participação dos alunos do Ensino Médio no ENEM e no ingresso à Educação Superior.

Meta 4 – Inclusão

Universalizar para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- ❖ 4.1 Implantar política pública de atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais nas salas de recursos multifuncionais;
- ❖ 4.2 Mapear anualmente os alunos com NEE, separando por necessidades específicas;
- ❖ 4.3 Oferecer através de parcerias com as universidades e programas de políticas do Estado e da União oferta de formação específica para os professores que atuam diretamente com alunos com NEE;
- ❖ 4.4 Oferecer através de parcerias com o Estado e União formação continuada para os profissionais da rede regular de ensino a fim de atender aos alunos com NEE;

- ❖ 4. 5 Criar em parceria com o Estado e União um centro de atendimento com equipamentos e profissionais especializados que atenda o público com NEE;
- ❖ 4. 6 Oferecer atendimento às famílias através da escola com palestras, orientações e esclarecimentos quanto a importância da inserção da criança e do adolescente no convívio social;
- ❖ 4. 7 Elaborar a proposta curricular que atenda a educação especial no município;
- ❖ 4. 8 Instituir no plano de carreira do municipal incentivo financeiro aos professores que atendem alunos com NEE.
- ❖ 4. 9 Promover a Educação Especial de forma sistemática nas diferentes etapas e modalidades de ensino no município;
- ❖ 4. 10 Em parceria com a saúde, planejar ações para identificar a demanda de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do município para o atendimento na rede regular de ensino;
- ❖ 4. 11 Em parceria com os entes federados, garantir a suplementação orçamentária para adquirir e disponibilizar transporte escolar adaptado para os estudantes com deficiência que apresentem limitações físicas, mobilidade reduzida ou outras características que justifiquem esse serviço, assim como para a formação de todos(as) motoristas e monitores(as) que atendam aos(às) estudantes;
- ❖ 4. 12 Garantir a efetivação da escola como espaço fundamental na valorização da diversidade e garantia de cidadania;
- ❖ 4. 13 Fomentar a participação da família e da comunidade nas discussões sobre Educação Especial nas instituições educativas;
- ❖ 4. 14 Adaptar os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas

ofertando ou contemplando as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

- ❖ 4. 15 Promover o acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação- preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional;
- ❖ 4. 16 Integrar a educação especial à proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado;
- ❖ 4. 17 Promover/incentivar pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem.

Meta 5 – Alfabetização Infantil

Alfabetizar todas as crianças, no máximo até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

- ❖ 5. 1 Intensificar o acompanhamento da garantia dos direitos de aprendizagem dos alunos no ciclo de alfabetização;
- ❖ 5. 2 Formar parcerias para ofertar formação continuada nas escolas para os professores do ciclo de alfabetização;
- ❖ 5. 3 Criar o Núcleo de Alfabetização;
- ❖ 5.4 Instituir a meritocracia para promover o professor que melhor desempenhar seu papel, em relação à aprendizagem dos educandos.
- ❖ 5. 5 Planejar com as escolas a produção de materiais didáticos específicos para a alfabetização de crianças do campo e comunidade quilombola;
- ❖ 5. 6 Formar parcerias com os entes federados e Instituição de Ensino o desenvolvimento de ações formativas para a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas;

- ❖ 5. 7 Implantar ações pedagógicas em prol da integração da Educação Infantil e o Ciclo de Alfabetização;
- ❖ 5. 8 Estimular as escolas a criarem instrumentos de avaliação, monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental;
- ❖ 5. 9 Implantar projetos pedagógicos com utilização de novas tecnologias educacionais para a alfabetização das crianças;
- ❖ 5. 10 Avaliar o Projeto Político Pedagógico no final de cada semestre com todos os segmentos da comunidade escolar e com assessoria da SME desenvolver ações para que a proposta pedagógica garanta que o aluno seja alfabetizado ao final do terceiro ano;
- ❖ 5. 11 Implementar nas escolas ações que selecionem, certifiquem e divulguem tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;

Meta 6 – Educação Integral

Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos (as) alunos (as) de Educação Básica.

Estratégias:

- ❖ 6. 1 Viabilizar junto aos entes federados a adequação dos espaços públicos e das escolas com estruturas inadequadas para atender a educação em tempo integral;
- ❖ 6. 2 Adotar critérios pedagógicos de seleção para contratação dos monitores/professores que atuarão na educação integral;
- ❖ 6. 3 Assegurar a educação em Tempo Integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos;
- ❖ 6. 4 Planejar ações para articular as políticas de educação com outras políticas, a exemplo da saúde, do esporte e da cultura que atendam às demandas formativas dos educandos matriculados na jornada ampliada;
- ❖ 6. 5 Ofertar atividade de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, cultural e esportivo de forma que o tempo de

permanência dos alunos de Educação Básica seja igual ou superior a sete horas durante todo o ano letivo.

Meta 7 - Qualidade da Educação Básica IDEB

- Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias municipais para o Ideb:

IDEB		2015	2017	2019	2021
BRASIL	Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Buritirama	Anos iniciais do ensino fundamental	4.0	4.3	4.6	4.9
BRASIL	Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Buritirama	Anos finais do ensino fundamental	3.9	4.1	4.4	4.7
BRASIL	Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2
Buritirama	Ensino Médio	3.1	3.2	3.4	3.6

Estratégias:

- ❖ 7. 1 Ofertar formação continuada aos professores de Língua Portuguesa e Matemática do 5º e 9º anos;
- ❖ 7. 2 Sistematizar o acompanhamento pedagógico e de aprendizagem nas séries e *disciplinas críticas* como Língua Portuguesa e Matemática onde apresentam os maiores índices de reprovação;
- ❖ 7. 3 Fortalecer projetos e parcerias no combate de fatores que interferem diretamente na aprendizagem dos alunos do 9º ano: Drogas, gravidez na adolescência;

- ❖ 7. 4 Ofertar orientação/ discernimento vocacional/profissional para adolescentes e jovens do ensino fundamental;
- ❖ 7. 5 Ofertar no início de cada ano letivo oficinas para estudo dos documentos, fazendo uso das diretrizes pedagógicas para a Educação Básica, dos parâmetros curriculares nacionais comuns, com direitos e objetivos de aprendizagem para o desenvolvimento dos estudantes para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, considerando a diversidade regional, estadual e local para fortalecer a proposta curricular;
- ❖ 7. 6 Implementar nos currículos das escolas ações para garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores(as) para detecção de sinais de suas causas, favorecendo a adoção das providências adequadas que promovam a construção de cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;
- ❖ 7. 7 Promover a formação de leitores e a capacitação de professores e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;
- ❖ 7. 8 Em parceria com os entes federados, assegurar às escolas de Educação Básica água tratada e saneamento básico, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso às bibliotecas, aos espaços para prática de esportes, aos bens culturais, à arte, aos equipamentos e laboratórios de ciências;
- ❖ 7. 9 Usar os resultados do IDEB para planejar ações para melhorar a aprendizagem;
- ❖ 7. 10 Instituir no município um sistema de acompanhamento dos resultados do Ideb nas escolas e dos agentes;
- ❖ 7. 11 Realização de fóruns nas escolas para envolvimento e discussão com a comunidade/família sobre os resultados e desafios apontados pelo Ideb do município / da escola;

- ❖ 7.12 Implantar no município a aplicação de exame periódico para aferir a aprendizagem dos alunos, com base na Matriz de Referência da Prova Brasil;
- ❖ 7.13 Desenvolver oficinas com os (as) coordenadores (as) pedagógicos (as) e Técnicos da SME para que a organização curricular, a inovação pedagógica, os materiais didáticos contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes;
- ❖ 7.14 Assessorar as escolas o desenvolvimento de currículos e propostas pedagógicas específicas para educação escolar, para as escolas do campo e para a comunidade quilombola, incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades e considerando o fortalecimento das práticas socioculturais, produzindo e disponibilizando materiais didáticos específicos, inclusive para os alunos com deficiência;
- ❖ 7.15 Buscar parcerias com os entes federados para fornecer equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive a Internet;

Meta 8 – Elevação da Escolaridade/ Diversidade

Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudo no último ano para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Estratégias:

- ❖ 8. 1 Mapear as pessoas com faixa etárias de 18 a 29 anos residentes no campo e comunidade quilombola para assegurar a matrícula na rede pública de ensino;
- ❖ 8 . 2 Ofertar matrícula para a população de 18 a 29 anos residente na zona urbana e rural;
- ❖ 8. 3 Oferecer matrícula para a população negra e não negra de 18 a 29 anos.

Meta 9 – Alfabetização de Jovens e Adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15(quinze) anos ou mais para 93,5%(noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

- ❖ 9.1 Implantar ações para identificar e mobilizar a demanda da Educação de Jovens e Adultos, tanto para alfabetizar, como para garantir a continuidade dos estudos;
- ❖ 9. 2 Planejar ações para captação de recursos para a Educação de Jovens e Adultos;
- ❖ 9. 3 Desenvolver ações de atendimento ao estudante da Educação de Jovens e Adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área de saúde;
- ❖ 9. 4 Assessorar as escolas no processo de construção do currículo estimulando à diversificação curricular da Educação de Jovens e Adultos, articulando a formação para a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo a inter-relação entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma

a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses estudantes;

- ❖ 9. 5 Instituir a realização de exames durante o período de curso;
- ❖ 9. 6 Firmar parceria com entes federados para promover formação continuada aos professores, gestores e coordenadores pedagógicos que atuam nessa modalidade;
- ❖ 9.7 Ofertar oficinas com os coordenadores e professores orientação pedagógica e material apropriado para os professores da Educação de Jovens e Adultos;
- ❖ 9. 8 Estabelecer no município mecanismos e incentivos que integram os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, com vistas à promoção da compatibilização da jornada de trabalho dos empregados;
- ❖ 9. 10 Disponibilizar recursos específicos para alimentação na Educação de Jovens e Adultos;
- ❖ 9.11 Implementar ações de Alfabetização de Jovens e Adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- ❖ 9. 12 Buscar parceria com os entes federados para implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e estudantes com deficiência;

Meta 10 – – EJA Integrada

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de Educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

- ❖ 10. 1 Buscar parceria com os entes federados para ofertar matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional;
- ❖ 10. 2 Buscar parceria com os entes federados fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do referido público e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades quilombolas, inclusive na modalidade de Educação a Distância;
- ❖ 10. 3 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional;

Meta 11 – Educação Profissional

Triplidar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

- ❖ 11. 1 Fomentar a oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à Educação Profissional pública e gratuita;
- ❖ 11. 2 Apoiar a oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio as populações do campo, aos deficientes, bem como a comunidade quilombola.

Meta 12 – Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) anos e 29 (vinte e nove) anos, assegurando a qualidade da oferta e

expansão para pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas , no segmento público.

Estratégias:

- ❖ 12. 1 Fomentar junto aos entes federados todas as instâncias governamentais para implantação de um pólo universitário no município;
- ❖ 12.2 Fomentar junto aos entes federados a disponibilidade de transportes para população do campo, comunidade quilombola e da sede que desejam ingressarem à Educação Superior próximo ao município.

Meta 13 – Qualidade da Educação Superior

Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, o total no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

- ❖ 13. 1 Potencializar no município política de qualificação de pessoal da rede municipal de ensino em formação inicial e continuada ou por meio de convênios e parcerias com instituições públicas ou privadas de Educação Superior, a exemplo da oferta de Programas Especiais de Formação de Professores;
- ❖ 13. 2 Divulgar os cursos, localidades e prazos oferecidos pelas instituições públicas de Ensino Superior locais e regionais, nas modalidades de graduação e pós-graduação;

Meta 14 – Pós-Graduação

Elevar gradualmente o número de matrículas na pós – graduação strictu sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

- ❖ 14. 1 Apoiar os educadores interessados em se matricular nos cursos de pós-graduação.

Meta 15 – Profissionais da Educação

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- ❖ 15. 1 Realizar levantamento do percentual dos profissionais da educação sem formação específica na área que atuam;
- ❖ 15. 2 Buscar parcerias com universidades ou entidades educacionais assegurando a todos os profissionais, formação específica na área que atua;
- ❖ 15.3 Através de decreto municipal, fazer valer a lei nº 9.394/96, assegurar que todos os professores de educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em cursos de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 16 – Formação

Formar, até o último ano de vigência deste PME, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Estratégias

- ❖ 16. 1 Fazer levantamento dos professores que atuam na educação básica sem pós graduação;
- ❖ 16. 2 Buscar parcerias com instituições educacionais e governamentais para ofertar meia bolsa de estudo aos profissionais da educação em curso de pós-graduação.

Meta 17 – Valorização dos Profissionais do Magistério

Valorizar os (as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos (as) demais

profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Estratégias:

- ❖ 17.1 Assegurar aos profissionais do magistério plano de saúde e carga horária igual a da rede estadual de ensino;
- ❖ 17.2 Reformular em curto prazo o plano de cargos e salários, para atender os anseios da categoria;
- ❖ 17.3 Assegurar no plano de carreira, os cursos de formação a partir de 120 horas e incentivo a meritocracia;
- ❖ 17.4 Assegurar aos profissionais através de incentivos baseado nos avanços horizontal e vertical.

Meta 18 – Planos de Carreira

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de plano de carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do artigo 206 da Constituição Federal.

Estratégia:

- ❖ 18.1 Fazer assegurar o piso salarial nacional dos (as) profissionais de educação.

Meta 19 – Gestão Democrática

Garantir, em leis específicas aprovadas no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, a efetivação da gestão democrática na educação básica e superior pública, informada pela prevalência de decisões colegiadas nos órgãos dos sistemas de ensino e nas instituições de educação, e forma de acesso às funções de direção que conjuguem mérito e desempenho à participação das comunidades escolar e acadêmica, observada a autonomia federativa e das universidades.

Estratégias:

- ❖ 19. 1 Promover capacitação para os membros dos conselhos, visando o fortalecimento de sua atuação;
- ❖ 19. 2 Incentivar e implantar o grêmio estudantil nas escolas;
- ❖ 19. 3 Promover critérios de seleção para os gestores das unidades escolares.

Meta 20 – Financiamento da Educação

Acompanhar e contribuir com o investimento prévio em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 25% (vinte e cinco por cento) das arrecadações do município, a saber: Imposto Sobre Serviço (ISS), Imposto sobre Transmissão de Bens e Imóveis (ITBI) e Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Estratégias:

- ❖ 20. 1 Acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos no município;
- ❖ 20. 2 Convidar todos os segmentos representados para elaboração do plano Plurianual;
- ❖ 20. 3 Conscientizar os segmentos da sua importância na elaboração, no acompanhamento e na execução das políticas públicas;
- ❖ 20. 4 Assegurar a participação dos conselhos municipais da educação no acompanhamento e avaliação dos recursos financeiros aplicados na rede pública municipal;
- ❖ 20. 5 Aprovar a Lei de Responsabilidade Educacional, em consonância com as leis do PNE e do PEE;
- ❖ 20. 6 Aperfeiçoar em caráter permanente através de cursos de formação, os profissionais dos setores da Gestão Financeira da Educação Pública da Rede Municipal, tornando-a um meio para garantir uma educação de boa qualidade;
- ❖ 20. 7 Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle

social, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual de Educação e os Tribunais de Contas da União, do Estado e do Município;

- ❖ 20. 8 Criar mecanismos que propiciem o repasse automático dos recursos vinculados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) para o órgão responsável pela gestão;

10 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

Após a aprovação do Plano Municipal de Educação, a avaliação das ações executadas será realizada anualmente pela seguinte comissão de monitoramento e avaliação:

- ❖ Representante da SEDUC;
- ❖ Representante do Conselho Municipal de Educação;
- ❖ Representante dos Gestores Escolares;
- ❖ Representante dos professores;
- ❖ Representante dos alunos;
- ❖ Representante do Sindicato dos Servidores Públicos;
- ❖ Representante dos pais;
- ❖ Representante da escola privada;
- ❖ Representante do poder legislativo.

A comissão será renovada a cada 2 (dois) anos através de Assembléia e os resultados serão divulgados no final de cada ano por meio de Fórum..

